

# Ex-auxiliar de Cristovam denunciado

João de Abreu, que foi secretário de Saúde, é acusado de irregularidades em compra para hospitais

**JAIRO VIANA**

**A** Promotoria de Defesa do Patrimônio Público e Social, do Ministério Público do DF, apresentou denúncia à 6ª Vara Criminal, no último dia 15, contra João de Abreu Branco Júnior, ex-secretário de Saúde e ex-presidente da extinta Fundação Hospitalar (FHDF) no governo de Cristovam Buarque. Ele é acusado de assinar contrato com a empresa White Martins, para a aquisição, sem licitação, de gás medicinal.

Os promotores de Justiça

Eduardo Veloso, Ivaldo Lemos Júnior e Libânio Rodrigues, que assinam a denúncia, enquadraram João de Abreu no artigo 89 da Lei de Licitações. A pena prevista é de detenção – três a cinco anos – e multa. O artigo diz que é crime "dispensar ou inexigir licitação fora das hipóteses previstas em lei ou deixar de observar as formalidades pertinentes à dispensa ou à inexigibilidade".

As acusações contra o ex-presidente da FHDF, por aquisição irregular de gás medicinal para os hospitais da rede pública de saúde, foram

feitas pela empresa Brasigas Oxigênio Ltda., em 1998.

O diretor de uma empresa concorrente, João Batista Pereira Vinhosa, alega na denúncia que a White Martins "manipulava o preço do gás, de acordo com a conveniência do momento". Com isso, teria causado à FHDF um prejuízo de US\$ 4 milhões (cerca de R\$ 11,5 milhões) nas compras feitas entre abril e outubro de 1996.

Segundo João Batista, "a White Martins fazia oscilar artificialmente os preços do gás, superfaturando o produto quando havia competição, ou

subfaturando quando objetivava inibir o concorrente, desvirtuando a licitação".

Para fundamentar as acusações, ele anexa tabelas com os preços do gás praticados em diversos órgãos públicos à mesma época. João Batista compara os preços apresentados pela White Martins à FHDF e aos hospitais Sarah Kubitschek e das Forças Armadas. O metro cúbico do oxigênio, por exemplo, variava até 12,67% para cima, entre um hospital e outro; o acetileno apresentava diferença até 146,25% superior; en-

quanto o nitrogênio líquido vendido à FHDF era 32,5% inferior ao preço cobrado ao Sarah, caracterizando o super e o subfaturamento.

As denúncias foram levadas à Câmara dos Deputados em 1996. O então deputado federal Augusto Carvalho (PPS) informou o presidente do Tribunal de Contas da União, Marcos Vinícius Vilacha. Ontem, João de Abreu não foi localizado para dar sua versão. Na White Martins, informaram que somente o gerente, de nome Darlei, poderia falar, mas ele não estava.